

MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA: A CONSTRUÇÃO DO PATRIARCADO, SEUS IMPACTOS E A IMPORTÂNCIA DA PSICOTERAPIA PARA FORMAÇÃO DO ENFRENTAMENTO FEMININO

Solange Marçal de Meira¹

Alan Rangel Barbosa²

Resumo

Este artigo pretende contribuir para o debate que estimule à prevenção e à criação de estratégias que estimule o combate da violência contra as mulheres. O Objetivo Geral é promover uma reflexão que estimule ações que combatam a desigualdade de gênero, demonstrando o importante papel da psicologia no processo de enfrentamento feminino. A pesquisa buscou demonstrar a importância do processo terapêutico para as mulheres no fortalecimento do crescimento pessoal, promovendo através da discussão, intervenções que estimulem a autorreflexão, demonstrando como a autoestima e o autocuidado são imprescindíveis para o fortalecimento individual. A metodologia utilizada deu-se através da revisão bibliográfica por pesquisa qualitativa que possibilitou, compreender a origem da produção e manutenção das ações que estimulam a violência contra a mulher. O conhecimento teórico deste trabalho ocorreu por meio do levantamento de dados bibliográficos, através da leitura de autores que investigaram sobre a temática abordada, por meio de artigos acadêmicos de origem nacional, no site oficial da câmara legislativa do Brasil e livros científicos.

Palavras-chave: Patriarcado; Violência contra a Mulher; Enfrentamento.

WOMEN IN SITUATIONS OF VIOLENCE: THE CONSTRUCTION OF PATRIARCHY, ITS IMPACTS AND THE IMPORTANCE OF PSYCHOTHERAPY FOR THE FORMATION OF FEMALE COPING

Abstract

This article aims to contribute to the debate that encourages prevention and the creation of strategies that favor the empowerment of women who are in situations of violence, showing how the patriarchal culture and gender inequality instigate violence against women. The goal is to promote a reflection that stimulates actions that combat gender inequality, demonstrating

¹Graduada, Bacharel em Administração e habilitação em Marketing e Graduada em Psicologia pela Faculdade Visconde de Cairu- FAVIC. MBA em Gestão de pessoas e Comportamento Organizacional pelo Centro Universitário Jorge Amado – UNIJORGE. Gerente administrativa. Email: solmarcal.psico@gmail.com

²Graduado, mestre e doutor em Ciências Sociais pela UFBA. Pós-doutorando em Ciências Sociais pela UNESP. Professor universitário. Email: allan_rangel@hotmail.com

the important role of psychology in the process of confronting women. The research sought to demonstrate the importance of the therapeutic process for women in the strengthening of personal growth, promoting through discussion, interventions that stimulate self-reflection and demonstrating how self-esteem and self-care are essential for individual strengthening.

Keywords: Patriarchy; Violence Against Women; Confrontation.

1. INTRODUÇÃO

O que se pretende neste artigo é estimular a discussão das questões relacionadas ao sofrimento vivido por mulheres vítimas de violência. Nesse processo, a psicoterapia pode favorecer no enfrentamento e superação de experiências que causam sofrimento físico, emocional e psíquico, a partir de uma ressignificação das experiências vividas e do desenvolvimento de suas potencialidades.

A violência de gênero é mais que um ato físico e/ou simbólico de desvalorização: é algo cruel que oprime, subjuga, aliena, mas que, principalmente, é responsável pela destruição e morte de milhares de mulheres. É uma construção histórica formada a partir das diferenças sexuais existentes e fabricadas para cumprir funções sociais. Segundo Federici (2017, p.27), “as mulheres sempre foram tratadas como seres socialmente inferiores, exploradas de modo similar às formas de escravidão”.

Não existe mudança sem que o debate seja levantado, seja dentro das relações familiares, empregatícias ou conjugais. Portanto, é importante pontuar o quanto foi e ainda se faz necessário os movimentos feministas para combaterem a opressão sexista e a desigualdade de gênero. “O feminismo é um movimento para acabar com o sexismo, exploração sexista e a opressão” (HOOKS, 2018, p.13). O conhecimento é libertador, por isso é importante para as mulheres em situação de violência a compreensão de sua condição, para que a partir desse reconhecimento elas possam buscar ajuda.

A violência contra as mulheres faz parte da herança feminina dentro da sociedade, demonstrando que, historicamente, instituições, como a família e as religiões, ensinaram as mulheres que estas eram naturalmente inferiores.

Infelizmente, séculos após o fim da Idade Média, é possível verificar como uma parcela da sociedade ainda determina o que as mulheres podem ou não fazer com seus corpos e a maneira como estas devem direcionar suas vidas. Em vista disso, é importante a compreensão das estruturas opressoras que impedem a mulher de escrever sua própria

história. É através do conhecimento que ela pode identificar pensamentos e ações machistas que utilizam da diferenciação biológica entre os sexos para oprimi-las

Muito se tem conquistado ao longo dos últimos anos, mas ainda que o desenvolvimento da história das mulheres tenha sido imenso e se espalhado por todo o mundo, é a presença das mulheres nos movimentos, políticas públicas, apoio das instituições, da sociedade e o reconhecimento destes direitos que irão garantir o acesso a novas conquistas.

O presente estudo pretende geral promover a reflexão de como a psicoterapia pode favorecer o processo de enfrentamento para mulheres em situação de violência em seus diferentes contextos. A pesquisa buscou, através dos objetivos específicos, retratar a importância de incentivar a compreensão do processo terapêutico para as mulheres vítimas de violência, e como a psicoterapia pode auxiliar as mulheres na valorização do reconhecimento dos seus traços individuais.

Para tais objetivos, é importante que se estimule a discussão e proponha intervenções favorecendo a autorreflexão das mulheres em situação de violência e esclarecendo como o desenvolvimento da autoestima e do autocuidado são imprescindíveis para o fortalecimento individual da mulher.

Como metodologia, utilizamos a pesquisa teórica descritiva, de cunho qualitativo, mediante autores que investigaram o fenômeno da violência contra a mulher e a influência dos aspectos históricos, culturais e sociais, o que possibilitou compreender a origem da produção e manutenção das ações que estimulam a violência contra a mulher. Dentro da psicologia, a abordagem epistemológica adotada foi a humanista, fenomenológica-existencial, como Carl Rogers, Viktor Frankl, Jean Paul Sartre, entre outros. O conhecimento teórico deste trabalho se deu através dos artigos acadêmicos divulgados em plataformas nacionais, livros e o uso de fontes secundárias oficiais públicas, o portal da Câmara dos Deputados Federais, do Planalto Federal e da Organização das Nações Unidas (ONU).

A primeira parte do papear aborda temas relacionados a história do patriarcado e sua influência na desigualdade de gênero e violência contra as mulheres. A segunda, faz um recorte sobre os impactos psicológicos e familiares da violência contra a mulher, demonstrando a dificuldade que as vítimas têm de perceber que estão sofrendo esse tipo de violência. A última, trata da importância da psicologia nos contextos da violência contra a mulher, explanando como o processo terapêutico pode assessorar no enfrentamento feminino e na conscientização de seus direitos, estimulando a busca de ajuda profissional, suporte social de pessoas e instituições. Nas considerações finais, são retomados pontos como a luta das feministas, lembrando que esta foi fundamental para conquistas relevantes; as diferentes

experiências que marcam os ciclos da violência, e a importância de se conhecer os direitos e os diversos tipos de violência como um valioso instrumento que irá auxiliar na denúncia.

2. A INFLUÊNCIA HISTÓRICA DA CULTURA PATRIARCAL NA DESIGUALDADE DE GÊNERO E VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

A forte cultura patriarcal existente em várias sociedades que durante anos privilegiou e ainda privilegia os homens, favorecendo o domínio destes sobre as mulheres, pode ser considerada uma das principais causas da violência contra a mulher. A desigualdade de gênero é uma construção histórica e, infelizmente, em pleno século XXI, ainda marca a violação dos direitos femininos.

Desde a Grécia Antiga, muitos mitos e dogmas foram construídos, transformando o corpo e a sexualidade feminina em um tabu, culpabilizando as mulheres e transformando suas vidas, de maneira que suas existências teriam como única finalidade a maternidade e o casamento. Segundo Bulfinch (2022), Pandora, a primeira mulher criada por Júpiter, nasceu de sua fúria, como fruto de um castigo atribuído a Prometeu, por este revelar o segredo do fogo a humanidade. Conta a lenda que Pandora foi invadida por uma curiosidade incontrolável: saber o que continha na caixa que guardava os artigos malignos que estavam sobre o cuidado de Epimeteu. Certo dia, ao destampar a caixa, Pandora espalhou por toda parte uma multidão de pragas, como a inveja, o desrespeito, a vingança, entre outras, atingindo e desgraçando a vida do homem (BULFINCH, 2018).

Conforme o mito grego, a humanidade vivia em total harmonia, até o momento em que Pandora resolveu abrir a ânfora, local que continha todos os males: vícios, pobreza, pragas, doenças, crimes, violência, entre outros. Ao abrir a caixa, ela foi a responsável pela propagação da desarmonia entre os humanos.

Pandora é um instrumento nas mãos de Zeus. É ele quem decide introduzi-la como a fonte de todos os problemas. É Zeus quem cria, através de Pandora, um tipo específico de mal, o mal do engano, que é atraente e bonito por fora, que parece ser algo bom (uma mocinha casta e tímida), mas que esconde coisas ruins dentro [...] (LAURIOLA, 2005, p 25).

Com a disseminação desse tipo de estórias, as diferenças entre os sexos, que já eram bastante acentuadas, aumentaram. Naquele período, as mulheres eram proibidas de aparecer em público sozinhas, sendo confinadas em suas casas, além de não possuírem direitos jurídicos e muito menos acesso à educação formal.

As mulheres da Antiga Roma não eram consideradas cidadãs, e a exclusão social e política as colocavam em num mesmo nível que as crianças e os escravos, cabendo-as à incumbência de procriadora. Na sociedade patriarcal o homem era o soberano inquestionável, gozava de todos os direitos civis e políticos, além de ter o poder incondicional sobre a mulher,

sendo descrito na época como “clube masculino mais exclusivista de todos os tempos” (VRISSIMTZIS, 2002, p. 38).

É importante ressaltar o papel da religião que ao longo da história, ao promover a ideia de submissão da mulher, teve uma importante função na propagação e perpetuação dos papéis sociais e obrigações atribuídas a elas, reforçando assim a subalternidade e, conseqüentemente, a violência. A mulher era instruída a ser dona de casa, boa mãe e esposa, obediente e que se sacrifica por sua família (PERROT, 2008).

O cristianismo e a doutrina cristã na Idade Média, por sua vez, referiu-se à mulher como sendo a primeira pecadora. Eva teria sido, naturalmente, a responsável pela desobediência às ordens divinas, o que teria motivado a expulsão de ambos, homem e mulher, do paraíso. Esse fato impunha a Eva aceitar a sua condição de submissão, passividade e obediência aos homens, sendo a única forma para obter a salvação, já que ela era a disseminadora do mal. Assim, à mulher, como filha e herdeira de Eva, só lhe restava a inferioridade, opressão, discriminação e, em muitos casos, tortura e morte.

Ao final da Idade Média, a Igreja Católica, com a intenção de eliminar as crenças pagãs, já que estas muitas vezes divinizavam a ideia da mulher como deusas, cuja admiração iam da beleza à fertilidade, associou rapidamente na pessoa da Virgem Maria o ideal da pureza e da castidade. As demais mulheres foram responsabilizadas pela desgraça moral dos homens. Isso tudo contribuiu para a manutenção e estruturação de um sistema opressor, que traz a Igreja Católica como a grande propagadora de ideias e práticas violentas contra as mulheres, como a chamada “caça às bruxas”.

O Tribunal da Santa Inquisição, como ficou conhecido o Tribunal do Santo Ofício, responsável por investigar e julgar os hereges e feiticeiros, acusados de crimes contra a fé católica, foi responsável por condenar e enviar ao Estado milhares de pessoas para serem sentenciadas. “Os hereges eram queimados aos milhares na fogueira e, para erradicar sua presença, o papa criou mais perversas jamais conhecidas na história da repressão estatal: a Inquisição” (VAUCHEZ, 1990, p.167-8 apud FEDERICI, 2017, p.69). Pode-se dizer que esse movimento se tratou de um verdadeiro genocídio contra o sexo feminino.

Com o intuito de manter o poder, diversas atrocidades foram cometidas, em nome de Deus, às mulheres que ousavam revelar algum tipo de conhecimento político, religioso ou medicinal, eram reprimidas e muitas vezes pagavam com a própria vida. Portanto, todo e qualquer avanço da atuação das mulheres, que pudesse caracterizar um certo grau de desenvolvimento e poder junto à sociedade, era reprimido, mesmo que para isso fosse necessário exterminá-las.

Naquela época, muitas mulheres tinham habilidades, como o preparo de medicamentos, e atuavam como parteiras e curandeiras. Era comum essas mulheres serem acusadas de praticarem a bruxaria ao conhecerem alguns segredos da natureza, como preparos de chás, remédios e venenos. Elas amedrontavam os homens pelo fato de possuírem os segredos da cura e da morte. O Tribunal da Inquisição desferia golpes mortais às mulheres. Elas eram tidas como feiticeiras.

Encomendada pela Inquisição, pretendia, ao mesmo tempo, descrever as feiticeiras e suas práticas e dizer o que convinha pensar sobre elas. E devia-se pensar o pior, o que justificava sua condenação ao fogo purificador. Elas foram maciçamente presas e queimadas, principalmente na Alemanha, na Suíça e no leste da França atual, mas também na Itália e na Espanha. Estima-se em cem mil o número das vítimas, sendo 90% de mulheres (PERROT, 2007, p.89).

As penas para essas mulheres, consideradas bruxas e feiticeiras, variavam entre a prisão temporária e a morte na fogueira. A publicação do livro *“Malleus Maleficarm”*, em 1484, pela Igreja Católica, afirma claramente que as mulheres, por serem naturalmente mais inclinadas a feitiçaria, deveriam ser as mais cotadas como parte do processo de investigação.

Ao analisarmos o contexto histórico, percebe-se que as curandeiras, rezadeiras e benzedoras eram mulheres simples - em sua grande maioria da população rural - que conheciam e entendiam sobre como as plantas medicinais podiam curar determinadas enfermidades, pelo fato de muitas vezes serem a única possibilidade de cura para as comunidades onde habitavam, detinham um certo poder social. Aprendiam o ofício umas com as outras e passavam o conhecimento de geração em geração (CUNHA, 2012).

Essas curandeiras, rezadeiras e benzedoras apesar de desenvolverem um importante papel para a sociedade, já que a medicina não alcançava toda a população, tornaram-se perseguidas e suspeitas. Ao fazer uma análise histórica, o que se percebe é que era comum surtos e epidemias nos povoados, e as mulheres usavam seus conhecimentos para curar determinadas doenças. “Ao diagnosticar uma doença, o médico faz uma distinção entre o corpo e o espírito; as rezadeiras, por sua vez, lidam de forma complementar, sem estabelecer essa dualização característica da prática biomédica” (SANTOS, 2009, p. 21). Os médicos, homens cuja profissão estava em ascensão, condenavam essas mulheres. Eles acabaram colaborando com a proposta da Inquisição ao eliminar, de certa forma, suas “concorrentes”.

Durante o século XVI, a medicina reforçou os dogmas da Igreja, defendendo a existência de um corpo, dentro das normas eclesiásticas. "Esta visão da inferioridade da mulher era uniformemente divulgada nos tratados teológicos, médicos e científicos e ninguém a questionava" (RICHARDS, 1993 p.36). Desse modo, os discursos médicos demonstravam as diferenças entre os corpos femininos e masculinos, situando os seus aspectos físicos e

trazendo as diferenças biológicas entre os dois sexos. De acordo com Laqueur (1992), os órgãos que eram nomeados igualmente para homens e mulheres como, por exemplo, ovários e testículos passam a ser distinguidos.

Desde que o corpo natural tornou-se ele mesmo o parâmetro máximo do discurso social, os corpos das mulheres – o outro perene – tornaram-se a base para a redefinição da relação social fundamental, profunda: a da mulher com o homem. Os corpos femininos, em sua concretude carnal, cientificamente acessível, na profunda natureza de seus ossos, nervos e, acima de tudo, órgãos reprodutivos, passaram a comportar um enorme e novo peso de significado. Em outras palavras: inventou-se dois sexos como uma nova fundação para o gênero (LAQUEUR, 1992, p 150).

Por muito tempo se defendeu a ideia de um determinismo biológico, e com isso duas vertentes opostas entre o masculino e o feminino. No entanto, para a filósofa pós-estruturalista, Judith Butler, “as relações de gênero são construções culturais” (BUTLER, 2015, p 26). É importante pontuar que tais construções vêm ao logo do tempo desvalorizando ideias e pensamentos das mulheres, reforçando a presença de um suposto poder masculino em detrimento do importante papel que as mulheres desempenham nos diversos setores da sociedade.

A *caça às bruxas* foi um projeto organizado, financiado e realizado pela Igreja Católica e o Estado. Deve ser marcado como um período de decadência e horror. “O fim desse movimento foi registrado somente no século XVIII, quando em 1782, na Suíça, foi acesa a última fogueira. Porém, na Igreja Católica, os Tribunais da Inquisição permaneceram ativo até o século XX ” (ANGELIN, 2016, n.p).

No século XVIII, por volta de 1789, apesar de submetida à vontade do marido e menosprezada em sua capacidade intelectual, como determinava a ideologia da época, a mulher teve uma efetiva participação ao apoiar os ideais revolucionários, instigando o povo a se rebelar. Então, a visão sobre as mulheres, ainda que lentamente, começou a mudar. Como afirma Bandinter (1989, p. 9):

As mulheres tentaram fazer-se ouvir durante a Revolução. Algumas através da pena ou da palavra, e a maioria com seus gritos nas tribunas da Assembleia e das sociedades populares, ou com suas manifestações nas ruas. [...] Dois tipos de mulheres chamaram a atenção. Umas anônimas são as mulheres do povo: operárias de tecidos (lavadeiras e fiandeiras...), lojistas, feirantes. São elas as primeiras a reagirem ao período de miséria, e a tomar frente dos motins da fome. [...] Mas a revolução teve outras atrizes: um número pequeno de mulheres [...] mulher de letras que mal sabiam escrever, como Olympe de Gouges; [...] mulheres oriundas da pequena burguesia, se interessavam pela política, assistiam às sessões das sociedades populares, e fundaram elas mesmas, em Paris e na província, clubes femininos.

Até aquele momento da história, a grande parte das produções literárias eram escritas pelos homens. Poucos foram os que acreditaram e defenderam a igualdade entre os sexos e a participação ativa das mulheres na política e na vida pública. Entre esses homens podemos citar Condorcet.

Os direitos dos homens resultam unicamente do fato de que são seres sensíveis, susceptíveis de adquirir ideias morais, e de raciocinar sobre essas ideias. Assim, tendo as mulheres essas mesmas qualidades, têm, necessariamente, direitos iguais. [...] ou nenhum indivíduo da espécie humana tem verdadeiros direitos, ou todos têm os mesmos; e aquele que vota contra o direito de outro, qualquer que seja a sua religião, a sua cor ou o sexo, abjurou, a partir desse momento, dos seus próprios direitos (CONDORCET, 1790, p.1 apud BADINTER, 1985, p.170).

Após algumas lutas, direitos foram conquistados, como a da maior idade aos 21 anos, que garantiu o direito de casarem-se sem a autorização dos pais e passaram a ter igualdade de herança. Um grande marco foi a Constituição Francesa de 1791, que deram a essas mulheres o direito de solicitar o divórcio (MORIN, 2009).

A partir do século XIX, com a Revolução Industrial e a divisão do trabalho, a luta das mulheres, para adentrarem no mercado de trabalho, foi bastante acirrada. Nesse ínterim, elas alcançaram esse objetivo, mas, ainda assim, ocorreu de maneira precária e subalternizada quando comparada aos trabalhadores homens. Segundo Perrot (2005), as operárias, por serem julgadas como “dóceis” pelos patrões, poderiam ser manipuladas mais facilmente, já que elas eram educadas para somente obedecer. Diante da fraca organização sindical feminina, na qual as tentativas de greve organizadas pelas operárias tinham pouca adesão, a força feminina era desvalorizada, tornando-se altamente lucrativa para os empregadores (HOBSBAWM, 2000).

Apesar das mulheres adquirirem uma relativa autonomia financeira, continuam sendo inferiorizadas com relação aos homens e sofrendo com diversas situações que lhes impõe a subserviência, como o fato de receberem salários inferiores aos dos homens, ainda que desenvolvendo as mesmas funções, caracterizando uma das diversas formas de violação dos seus direitos.

No decorrer do século XIX e no início do XX, o trabalho nas fábricas era realizado por homens, mulheres e crianças, em jornadas que variavam entre 12 e 14 horas diárias, seis dias por semana e, frequentemente, era incluído as manhãs de domingo. A exploração e as condições de trabalho eram precárias e aterrorizantes, inclusive com uso de castigos corporais. Conforme relata Sullerot (1970, p. 86), “na Grã-Bretanha, as crianças que trabalhavam nas indústrias ou morriam de fadiga em razão das horas trabalhadas, ou de medo, uma vez que, em caso de desatenção, eram submetidas a golpes de barras de ferro, chamadas billy-rollers”.

Muitas mulheres participavam ativamente na luta por melhores salários, redução das jornadas de trabalho e proibição do trabalho infantil. Entretanto, a luta sindical não teve o propósito da reivindicação de que homens e mulheres recebessem salários iguais, pelo desempenho das mesmas tarefas, reivindicação que permanece como pauta na luta feminina até os dias atuais. No Brasil, por exemplo, as condições de trabalho eram precárias, com

castigos corporais e multas, entre outras penalidades. “Nas fábricas, o cotidiano era muito pesado – grandes jornadas de trabalho, pouca higiene e segurança, baixos salários. As mulheres ficavam com as tarefas menos especializadas e pior remuneradas, e os cargos de direção cabiam aos homens” (KAMADA. 2010, p.50).

Paralelo a esses movimentos sindicais e políticos, nasciam outros movimentos com uma nova consciência, na qual a mulher ganhava relevância como trabalhadora e cidadã. Esses movimentos deram origem ao que, posteriormente, tornou-se o movimento feminista (TILLY, 1990).

Em 1970, o movimento feminista, especialmente na França, na Inglaterra e no Brasil, conquista um crescimento significativo, desenvolvendo várias ações de conscientização pela emancipação da mulher e a participação destas na política, nas lutas de classe e nos movimentos sociais e econômicos.

Ao mesmo tempo que o movimento feminista proporcionou a essas mulheres conquistas expressivas quanto a empregabilidade e a força política e social, demonstrou, também, uma vulnerabilidade com relação ao cenário de trabalho precário. Elas acabam parando na informalidade, ocupando cargos de menor qualificação. Isso significa que o patriarcado, anterior ao sistema capitalista, baseado na opressão, no preconceito e nas discriminações, continua muito presente.

3. A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E SEUS IMPACTOS PSICOLÓGICOS E FAMILIARES

A violência de gênero ocorre pelo simples fato da vítima ser uma mulher, alicerçada na desigualdade entre os gêneros. A violência doméstica e a violência no ambiente de trabalho são exemplos de formas de violências vividas por mulheres, desde o assédio moral até o feminicídio. São situações complexas e não costumam acontecer de forma isolada, atingindo mulheres de todas as classes sociais, idades e níveis de escolaridade.

Há alguns tipos de violência que podem ser difíceis de identificação, motivo que as tornam muitas vezes recorrentes. Isso destrói a autonomia, a autoestima e, conseqüentemente, abala a estrutura das mulheres que as vivenciam, deixando inúmeras sequelas, como a psicológica e a familiar.

A violência contra a mulher pode ser considerada como um problema de saúde pública, por constituir uma violação de direitos humanos em diversos setores da sociedade. É imprescindível e urgente uma intervenção com medidas que promovam o fortalecimento das redes de apoio e a conservação da saúde física e mental das mulheres.

Faz-se necessário um recorte sobre a violência sofrida pela mulher no Brasil, especialmente no período de pandemia do COVID-19. De acordo, com dados de uma pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP, nos últimos 12 meses que antecedem junho de 2021, houve um aumento nos casos de feminicídio no Brasil. “Segundo os dados da pesquisa, um em cada quatro mulheres brasileiras, acima dos 16 anos, relatam ter sofrido algum tipo de violência. Permitindo afirmar que 17 milhões de mulheres sofreram violência física, sexual ou psicologia durante esse período da pandemia” (LAGRECA, 2021, p. 10).

Em 2019, uma pesquisa realizada pela PNS (Pesquisa Nacional de Saúde) revelou que as mulheres mais jovens, com idade entre 18 a 29, são as que mais sofreram violência física e sexual. Os seus companheiros e ex-companheiros, namorados e ex-namorados ou parentes são os principais agressores.

Segundo os dados do IBGE, em 2019, a violência atingiu 29,1 milhões de pessoas. Entre elas, as principais vítimas são mulheres, jovens, as pessoas pretas ou pardas e a população de menor rendimento.

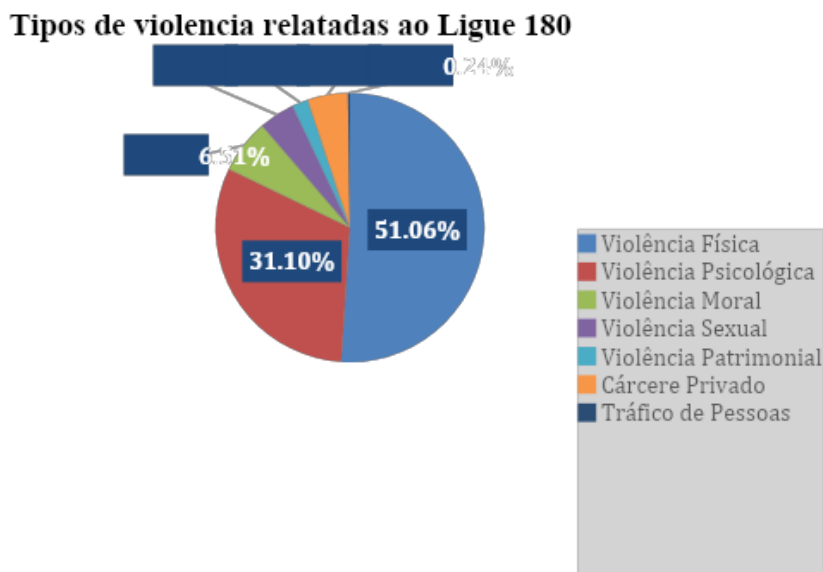
Quadro I – Violência Contra a Mulher²

1. Companheiros, ex-companheiros ou parentes são os principais agressores das mulheres que sofreram violência física (52,4%), psicológica (32,0%) e violência sexual (53,3%). O domicílio é o principal local da agressão das mulheres
2. Vítimas de violência psicológica correspondem a 95% das vítimas de pelo menos uma das três agressões.
3. 17,4% da população - um total de 27,6 milhões de pessoas de 18 anos ou mais - sofreram violência psicológica.
4. A violência sexual gerou consequências psicológicas (60,2%), físicas (19,4%) e sexuais (5,0%) para as vítimas.
5. A violência tirou de atividade 3,5 milhões de pessoas, mas apenas 15,6% procuraram atendimento médico.

Conforme os dados da Central de Atendimento à Mulher – Desenvolvimento Social -, os tipos de violência que mais crescem em número de denúncias são a física e a psicológica, as duas juntas são responsáveis por 82,16% das denúncias recebidas através do *ligue 180*. Conforme demonstra gráfico abaixo:

² Fonte. Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180

Gráfico I – Percentual por tipos de violência



Fonte: IBGE (2019).

3.1 Violência Psicológica

A violência psicológica, que ocorre tanto no âmbito doméstico quanto no ambiente laboral, é uma forma de violência brutal que humilha, constrange e atinge diretamente a autoestima, sendo provavelmente o tipo de violência mais difícil de ser identificada. Elas acontecem silenciosamente, fazendo com que a vítima se sinta culpada, amedrontada e envergonhada. Por estarem relacionadas a manifestações emocionais, são mais difíceis de serem reconhecidas, podendo se arrastar por muito tempo.

Não é incomum essas agressões virem acompanhadas por chantagens e ameaças que dominam e intimidam a vítima, dificultando a exposição da situação vivida. Causa, em muitos casos, o comprometimento da saúde mental da mulher, prejudicando sua capacidade de concentração e tomada de decisões, interferindo em sua autonomia. Forma-se, também, sensações contínuas de incapacidade, induzindo-as a depreciação e sentimentos de desvalorização que vão além de danos imediatos. O que leva a vítima a sentir-se desvalorizada, levando, em uma situação extrema, ao suicídio.

A violência psicológica traz graves consequências, provocando em muitos casos doenças crônicas, com sérios prejuízos ao organismo: enxaquecas, aumento de pressão arterial, infartos, além de afetar o desenvolvimento cognitivo e emocional da mulher. As vítimas podem apresentar baixa autoestima, ansiedade, tristeza, síndromes de pânico e

depressão, medos excessivos, sentimento de culpa. E, quando a violência é sofrida no ambiente laboral, além dos impactos já citados, pode ocorrer o medo de perder o emprego, por falta de produtividade e de motivação. As vítimas acabam se afastando dos amigos e da família, o que dificulta ainda mais a saída do ciclo abusivo de privação e isolamento. As agredidas tornam-se mais vulneráveis e dificultam o acesso a uma assistência que possa promover o acolhimento. Sintomas como irritabilidade, stress-pós-traumático, uso de drogas, depressão, vontade de cometer suicídio, é muito frequente, infelizmente, com essas mulheres (FONSECA, LUCAS, 2006).

Beauvoir (2009) aponta que a noção de privacidade tem constituído uma fonte de opressão para as mulheres violentadas, contribuindo, significativamente, para a perpetuação da sua subordinação. Permite, alimenta e reforça o ciclo de violência contra a mulher.

Não só o isolamento caracteriza essa violência, como também a vulnerabilidade, que juntos constituem um obstáculo na busca por assistência jurídica e médica por parte da vítima. Uma causa significativa dessa vulnerabilidade constitui na normalidade que se atribui a submissão das mulheres no privado (BEAUVOIR, 2009, p.169).

Em geral, as mulheres que sofrem esse tipo de violência preferem o isolamento, o que influencia, possivelmente, para que esta perca por muito mais tempo. E, ao contrário das demais que deixam marcas aparentes, esse tipo de violência reflete diretamente na saúde mental das mulheres e de seus familiares.

Os impactos laborais que a violência psicológica causa na capacidade de produção da mulher estão diretamente ligados à sua capacidade física, motora e decisória. Há diminuição da capacidade de concentração e aumento de stress, e provoca, em muitos casos, o desemprego, gerando perturbação na carreira profissional e déficit de renda.

3.2 Impactos Familiares

A violência contra a mulher atinge toda família, principalmente os filhos, devido a convivência próxima, e até mesmo por serem eles também, muitas vezes, vítimas dos mesmos tipos de violência. Essa questão impõe a necessidade de uma intervenção ampliada.

Mesmo quando os filhos não sofrem violência física, o fato de estarem em um ambiente violento faz com que o sofrimento psíquico produza sequelas que podem comprometer seu desenvolvimento. Entre elas, dificuldade de aprendizagem, transtorno mental, déficit cognitivo entre outros. Por exemplo, no caso da violência doméstica, as crianças ao verem as mães em situação de risco, podem voltar a fazer xixi na cama, apresentarem dificuldades na escola, tornarem-se mais agressivas, isoladas, depressivas e tentam ou apresentam o desejo de fugir de casa. Preocupadas com o desenvolvimento humano dos filhos, a maioria das mulheres, em situação de violência doméstica, sentem-se culpadas,

intensificando o seu sofrimento psíquico. As crianças e adolescentes que crescem em um ambiente hostil, presenciando sua mãe sendo violentada, têm maior probabilidade de desenvolver quadros de doenças psicológicas e psíquicas do que aquelas que vivem em um local onde existe harmonia, acolhimento e amor.

Segundo a Lei 11.340/2006, a violência doméstica não se limita a relações maritais, pois pode ocorrer violência dentro do ambiente familiar.

[...] Violência familiar, ou seja, aquela que ocorre no âmbito da família, mas que extrapola os limites do domicílio, como resultado de relações violentas entre membros da própria família. É, assim, o caso de um avô ou avó, tio ou tia que não habite o domicílio de seus parentes, mas que comete a violência em nome dos sagrados laços familiares (OSTERNE, 2011, p.138).

No entanto, os impactos familiares causados pela violência contra a mulher não se restringem àquele sofrido no ambiente familiar: a violência laboral e todas as outras sofridas pelas mulheres, traz grande impacto para as famílias. Muitas delas sustentam o próprio lar.

Os impactos da violência à vida da mulher são indissociáveis: a trabalhadora que sofre violência no trabalho sente seus efeitos na vida social, familiar e vice-versa. É comum que as mulheres submetidas a violência laboral permaneçam, mesmo fora do ambiente de trabalho, irritadas, com raiva, tristes, tenham, frequentemente, crises de choro, sentimentos e ações que vão influenciar o comportamento no ambiente familiar e social.

Para que os impactos psicológicos e familiares da violência contra a mulher sejam no ambiente doméstico, no setor de trabalho ou em qualquer outro lugar, sejam tratados com a seriedade que merece, faz-se necessário a implantação de políticas públicas que promovam o acompanhamento psicológico e social das crianças, familiares e, principalmente, das mulheres diretamente afetadas. É um problema que atinge a saúde individual e coletiva, a qual requer prevenção e enfrentamento.

4. A PSICOLOGIA E OS CONTEXTOS DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Na perspectiva de promover estratégias de enfrentamento à violência contra a mulher, nos mais diversos contextos, a Lei 11.340/2006 tem papel fundamental ao determinar as formas e classificar os diversos tipos de violência, ao determinar que a violência pode ser física, sexual, patrimonial, moral e psicológica. A lei estimula a reflexão sobre os diversos marcadores existentes nos contextos micro e macrossocial.

A resignificação e a retirada da violência contra a mulher do contexto familiar e privado, levando-a para a esfera pública, foi imprescindível para a construção e o fortalecimento do debate. A discussão é um ponto fundamental para o enfrentamento e a criação de políticas públicas.

As mulheres em situação de violência encontram-se nos mais diversos contextos, especialmente as que estão em situação de vulnerabilidade financeira, física, moral, sexual ou psicológica. No contexto da violência psicológica, ela é, na maioria das vezes, uma violência simbólica. Essa, por ser mais velada, caracteriza-se, em sua grande maioria, por silêncios prolongados, tensões, manipulações e agressões verbais.

A violência contra a mulher não se revela da mesma forma. Os diversos contextos em que elas se encontram são determinantes para dar continuidade às estruturas de opressão e silenciamento. Os marcadores sociais de gênero, classe e raça corroboram para uma conservação histórica e violenta que repercute, ecoando em diversos contextos vividos pelas mulheres.

4.1 O processo terapêutico para as mulheres em situação de violência

Segundo o filósofo, Jean Paul Sartre, o homem está condenado a ser livre, tornando-se responsável por tudo que faz, sendo todo tempo confrontado com a existência, situações hostis e incompatíveis que permitem ao homem mudar e evoluir. “Não há liberdade a não ser em situação e não há situação a não ser pela liberdade” (SARTRE, 2009, p.602 apud ALLOUCHE, 2019, p.51).

Conforme ressalta Frankl (2021, p.153) “uma das principais características da existência humana está na capacidade de se elevar acima dessas condições, de crescer para além delas. O ser humano é capaz de mudar o mundo para melhor, se possível, e de mudar a si mesmo para melhor se necessário”. Portanto, será libertador para essas mulheres assumirem a responsabilidade pela própria vida, criando uma realidade, de maneira que possam agir em direção a transformação das situações traumáticas que vivenciaram.

É importante ressaltar que, apesar do processo psicoterapêutico ser uma ferramenta fundamental para o auxílio dessas mulheres, o desenvolvimento da superação é algo pessoal, que vai depender da capacidade de enfrentamento de cada indivíduo para ressignificar acontecimentos e emoções. O passado, também, não pode e nem deve ser utilizado como explicação para desvios de comportamentos e atitudes. Allouche (2019) descreve como um equívoco colocar essa expectativa no terapeuta.

O processo psicoterapêutico pode proporcionar para essas mulheres a ampliação de suas potencialidades, através da verbalização e da autoconsciência, contribuindo para aprenderem a lidar com a frustração, a ansiedade e a angústia. Elas devem se apresentar diante do desconhecido para assumirem a responsabilidade de vontades e atitudes diante de si e do outro. Nesta perspectiva, a competência do profissional da psicologia torna-se indispensável. Mas é imprescindível que se construa um vínculo de confiança. O psicoterapeuta deverá

despir-se de opiniões, focando nas potencialidades e respeitando os desejos e vontades da pessoa que está atendendo.

Rogers (2009) definiu a relação de ajuda como aquela em que, pelo menos, uma das partes promove na outra o crescimento, o desenvolvimento e uma maior capacidade de enfrentar a vida. O autoconhecimento que acontece através da psicoterapia possibilita a valorização das potencialidades da pessoa, legitimando sua história, ajudando-a a reescrevê-la e possibilitando uma melhor qualidade de vida mediante atitudes mais assertivas.

O termo “escuta ativa”, utilizado por Rogers (2009), na psicologia, refere-se à escuta do outro para compreender o que este está dizendo, evitando o julgamento. Para isso, é necessário abrir-se para este tipo de escuta, que promove a transformação de quem escuta e de quem é escutado. É o tipo de escuta que se relaciona a uma pessoa, mas deve também incluir o grupo.

Em um grupo de escuta e reflexão terapêutica, possibilita-se o compartilhamento das práticas vividas, pelo diálogo e troca de experiências, no qual as participantes deverão envolver-se em atividades que permitam expor seus medos, ansios e angústias. Através do debate, os grupos de escuta estimulam a reconstrução interior das mulheres em situação de violência. Elas devem ser estimuladas a autorreflexão sobre a necessidade de ajuda mútua, permitindo a construção de uma rede de suporte psíquico. Ao falar sobre as dores vividas, é possível a reorganização dos sentimentos e, com isso, a superação dos impactos emocionais. “Toda tentativa psicoterapêutica, ou mesmo psico-higiênica, terá que buscar a reconstrução interior da pessoa, orientando-a para o futuro” (FRANKL, 2021, p. 97).

Existe uma tendência natural de que algumas mulheres vítimas de violência se isolem e, muitas vezes, não consigam verbalizar o evento ou compartilhar suas histórias. Mas, ao ouvirem outras mulheres que passaram pela mesma situação, é possível atribuírem um novo significado ao que aconteceu e reconstruam esses momentos por meio de um novo olhar que as ajudem a ressignificar o sofrimento psíquico, tornando-se protagonista de sua própria história. “Essa experiência do libertado, porém, é coroada pelo maravilhoso sentimento de que nada mais precisa temer neste mundo depois de tudo o que sofreu” (FRANKL, 2021, p. 119).

A intervenção no grupo é importante para auxiliar no esclarecimento sobre os diversos tipos de violência vividos pelas mulheres.

O trabalho em grupo como técnica de intervenção condiz com os atuais paradigmas em educação e saúde que colocam o sujeito no centro de seu processo de aprendizagem, como sujeito ativo e protagonista na produção de sua saúde, na construção do conhecimento e dos sentidos que dão significado à sua experiência humana (PEREIRA, 2013, p.27).

Segundo Rivière (2009), os integrantes de um grupo inclinam-se a aprendizagem, organização e ressignificação de suas sensações, experiências, percepções, emoções e pensamentos. O acesso à informação é extremamente importante: muitas mulheres estão em um círculo vicioso, e somente conseguem perceber que estão sendo violentadas quando a situação chega ao extremo, como a agressão física. No entanto, já podem estar sofrendo de violência psicológica, sexual e patrimonial.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se propôs na construção deste artigo foi trazer uma reflexão de como a cultura do patriarcado influencia na violência contra mulher. Demonstramos que esse tipo de violência faz parte de uma conjuntura muito antiga e, ao mesmo tempo, bastante atual, tornando-se imprescindível que a sociedade contemporânea discuta a responsabilidade do Estado, que ainda continua a reproduzir a desigualdade de gênero.

Foram abordados pontos que levantaram a discussão de como as diferenças de gênero são utilizadas como instrumentos para reprimir e controlar as mulheres que não se enquadram em determinados grupos e instituições. Demonstrando que faz parte das relações de poder, furtar da mulher o acesso às oportunidades, a liberdade de escolha e a valorização dos seus direitos.

Nos anos 80, as feministas lutaram pelo reconhecimento de que “os gêneros são diferentes, mas não desiguais”. As ações foram fundamentais para as conquistas históricas. No entanto, apesar da crescente participação das mulheres no trabalho remunerado e, conseqüentemente, no orçamento familiar, a aceitação dessa mulher contemporânea com relação ao controle dos seus corpos, à sua participação política, econômica e cultural, ainda sofre muitas limitações.

Diferentes experiências nas mais diversas dimensões marcam os ciclos de violência que as mulheres de todas as idades e classes sociais vivenciam. Diante disso, é de extrema importância para a conscientização e redução desses índices a produção de informações que comuniquem as características da violência de gênero.

É importante que as mulheres compreendam os diversos tipos de violência, para que, a partir dessa identificação, consigam detectar que estão dentro desse ciclo, sendo um estímulo para o início do rompimento com ele. A denúncia pode ser o primeiro sinal direto, por parte da mulher que vivencia a situação de violência, que não mais aceitará a situação de subordinação, ao mesmo tempo, em que demonstra buscar auxílio e proteção impondo limites para a conduta violenta do agressor.

Espera-se que através da psicoterapia as mulheres consigam reestruturar seus sentimentos e estimular o confronto que será fundamental para o fomento de novas reflexões, a partir das quais serão possíveis a construção de novos comportamentos. O que se pretende com a terapia não é livrá-las do sofrimento, mas levá-las a experimentar esse sofrimento para conseguir ressignificar suas próprias dores, dando-lhes um novo sentido.

A psicoterapia deve ser vista como um lugar de descobertas e de conflitos que levará o indivíduo a pensar em quem ele poderá ser a partir de agora. Resignificar a história não significa apagá-la, mas fazer um balanço no qual será permitida uma autorreflexão; as mulheres poderão compreender, através do autocuidado e da relação de ajuda que poderão desenvolver no *setting* terapêutico, possibilitando a descoberta de novas formas de resolver e gerenciar suas próprias emoções.

Em pleno século XXI, muitos discursos de relevância social ainda sustentam as diferenças e desigualdade a partir de características físicas, traços anatômicos e hormonais. Diante da importância desse tema para toda sociedade, e em virtude das várias ramificações que se apresentam, ressaltamos que esse trabalho tem limites. Por fim, é importante também expandir a discussão contemplando a violência contra as mulheres trans, bissexuais, lésbicas, transgênero, entre outras.

REFERÊNCIAS

- ANGELIN, Rosângela, A “caça às bruxas”: Uma interpretação feminista. **Revista Espaço Acadêmico**, Portal Catarinas – Disponível em: <<https://catarinas.info/a-caca-as-bruxas-uma-interpretacao-feminista/>>. Acesso em: 10 de junho 2023.
- BADINTER, Elisabeth. **Émilie, Émilie. A ambição feminina no século XVIII**. Tradução de Celeste Marcondes - São Paulo: Discurso Editorial: Duna Dueto: Paz e Terra, 2003.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 1ª edição. Nova fronteira, 2009.
- BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Diário Oficial da União**. Lei Maria da Penha. Brasília: Casa Civil, 8 ago. 2006. Seção 1, p. 1. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2006/lei-11340-7-agosto-2006-545133-norma-actualizada-pl.pdf>. Acesso em: 07 de maio 2022.
- BULFINCH, Thomas. **O livro de ouro da mitologia: história de deuses e heróis**. Tradução de David Jardim Júnior. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2018.
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão de identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702013000100004. Acesso em: 10 de junho de 2022.
- CUNHA, Lidiane Alves da. **Saberes e Religiosidades de Benzedeiras**. Anais dos Simpósios da ABHR, v. 13, p. 1-6, 2012.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: Mulheres, corpo e acumulação primitiva. Traduzido por Coletivo Sycorax. 1ª edição, julho de 2017 – 12ª reimpressão, maio de 2021 – São Paulo, Brasil: Editora Elefante, 2017.

FERNANDES, Maria das Graças Melo. **O corpo e a construção das desigualdades de gênero pela ciência**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/XWVvyvMwKjphVxxh3HT9crmf/?lang=pt>. Acesso em 11 de abril 2022.

FONSECA, P. M., LUCAS, T. N. S. **Violência doméstica contra a mulher e suas consequências psicológicas**. 2006. 21 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Escola Baiana de Medicina e Saúde Pública, Bahia, 2006. Disponível em: <http://newpsi.bvs-psi.org.br/tcc/152.pdf>. Acesso em: 25 de março de 2023.

FRANKL, Viktor E. **Em busca do Sentido**: um psicólogo no campo de concentração. Traduzido por Walter O. Schulupp e Carlos C. Aveline. 53ª Ed. – São Leopoldo: Sinodal; Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª. ed. São Paulo-SP: Atlas, 2008.

GUEDES, D.O. Violência doméstica contra a mulher uma retrospectiva histórica e jurídica com análises relevantes. 2011 **Revista Projeção: Direito e Sociedade**. nº 2.v.2. Disponível em: <http://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao2/article/view/117>. Acesso em: 27 de março 2023, p.406-411.

HOBSBAWM, E. J. **Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

HOOKS, Bell. **O Feminismo é para todo mundo**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

<http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/5.HugoLeonardo.pdf>. Acesso em: 08 de maio 2022.

IMP- INSTITUTO MARIA DA PENHA. **Quem é Maria da Penha**. Disponível em: <https://www.instituto-mariadapenha.org.br/quem-e-maria-da-penha.html>. Acesso em 24 de maio de 2022.

KAMADA, F. L. **As mulheres na história: do silêncio ao grito**. In: BERTOLIN, P. T. M.; ANDREUCCI, C. P. T. (Orgs.). **Mulher, sociedade e direitos humanos**. São Paulo: Rideel, 2010. p. 50.

LAGRECA, Amanda. et al. Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil. **Fórum Segurança**, São Paulo, [s.v], 3. Ed, p. 1-42. Disponível em:

<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf>. Acesso em: 05 junho de 2023.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONE, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª Ed. São Paulo-SP: Atlas 2003.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LAURIOLA, Rosanna. Pandora, o mal em forma de beleza: o nascimento do Mal no mundo grego antigo. **Revista Espaço Acadêmico**. n 52. Set 2005.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. Tradução Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.

MORIN, Tânia Machado. **Práticas e representações das mulheres na Revolução Francesa – 1789-1795**. 2009. Disponível em:

<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-01022010-165929/pt-br.php>> Acesso em: 7 out. 2022.

NERY, Carmen. Violência atingiu 29,1 milhões de pessoas em 2019; mulheres jovens e negros são as principais vítimas. **Agência IBGE**, [s.l], maio 2021. Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30658-violencia-atingiu-29-1-milhoes-de-pessoas-em-2019-mulheres-jovens-e-negros-sao-as-principais-vitimas>. Acesso em: 05 de junho 2023.

OLIVEIRA, Angelita de Lima. **Reflexos da violência simbólica no mercado de trabalho: desigualdades de gênero**. 2022. (Mestrado em Educação Sexual) - Faculdade de Ciências e Letras – Disponível em: https://agendapos.fclar.unesp.br/agenda-pos/educacao_sexual/5819

OSTERNE, Maria do Socorro. A violência contra a mulher na dimensão cultural da prevalência do masculino. **Revista O público e o privado**, Ceará, nº 18 - julho/dezembro. 2011.

PENHA, Maria da. **Sobrevivi...posso contar**. 2. ed. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2012.

PEREIRA, T. T. S. O. Pichon-Rivière, a dialética e os grupos operativos: implicações para pesquisa e intervenção. **Revista SPAGESP**, Ribeirão Preto-SP, v. 14, n. 1, p. 21-29, 2013.

PERROT, M. **As mulheres ou o silêncio da história**. Bauru: EDUSC, 2005.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução de Ângela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Tradução Denise Batman. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988.

PINTO, Célia Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. **Revista de Sociologia e Política**, v.18, nº36, jun. 2010, p.15-20.

PULEO, Alicia. Filosofia e gênero: da memória do passado ao projeto de futuro. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia (Orgs.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. 1ª. ed. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.

PICHON-RIVIÈRE, E. **O processo grupal**. 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009. 181p.

RICHARDS, Jeffrey. **Sexo Desvio e Danação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

SANTOS, Francimário Vitor dos. **O ofício das rezadeiras como patrimônio cultural: religiosidade e saberes de cura em Cruzeta, na região do Seridó Potiguar**. Revista CPC, São Paulo, n. 8, p. 6-35, 2009.

SOUZA, Hugo Leonardo de; CASSAB, Latif Antônia. Feridas que não se curam: a violência psicológica cometida à mulher pelo companheiro. In: **Simpósio sobre Estudos de Gênero e políticas públicas**, 1, 2010. Anais... Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

SULLEROT, E. **História e sociologia da mulher no trabalho**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1970.

VRISSIMTZIS, Nikos A. **Amor, Sexo e Casamento na Grécia Antiga**. Trad. Luiz Alberto Machado Cabral. 1ª. ed. São Paulo: Odysseus, 2002.

Agradecimentos

A vida me ensinou que a gratidão é um dos sentimentos mais bonito que devemos cultivar, sou grata a tudo que recebo do Universo. Quero expressar, minha gratidão por algumas pessoas que estiveram comigo nesse longo caminho da formação no Curso de psicologia, trazendo-me mais do que ensinamentos pessoais e profissionais.

Nada mais justo do que dedicar este trabalho *ÀS MULHERES DA MINHA VIDA*.

À minha mãe Zélia Marçal, por ter me dado a vida, amando-me e desejando-me com todo seu ser. Seu amor e carinho, foram imprescindíveis para minha sobrevivência, após sua partida para um outro plano. Acredito que seu amor genuíno é tão forte que sou capaz de senti-la acolhendo-me em seus braços.

À minha mãe Dina, por seu amor incondicional. Quando perdi o chão, você me acalentou e, me ensinou que apesar de toda dor presente em meu pequeno coração, eu poderia continuar minha caminhada.

À minha Tia Mariazinha, sempre presente, sem você existiria uma lacuna enorme em minhas memórias afetivas. Você é uma pessoa muito especial, te amo muito e, sou infinitamente grata a Deus pela sua existência.

À minha irmã Meiroca (Meire Meira), uma mulher forte, quando ouço a frase “a mulher pode e deve estar, onde ela quiser”, penso que ela foi inspirada em você. Para mim, você é um exemplo de que a liberdade é essencial para a construção de uma vida autêntica e feliz.

À minha cunhada e irmã Cléo Marçal, falar do amor e gratidão que sinto por você e pela sua vida é algo que me traz muita alegria. Você é uma inspiração para mim, *MULHER MARAVILHOSA*. Muito obrigada, por estar sempre do meu lado.

Às professoras Jayce, Carla e Sandra, sou muito grata, pelos ensinamentos, dedicação e compromisso que demonstraram com a profissão, mas principalmente por serem essas profissionais competentes, dedicadas, humanas, que demonstram um interesse genuíno por cada ser humano que cursa suas disciplinas.

Eu seria muito injusta, se não agradecesse outras pessoas que também contribuíram, e muito, para minha formação e para construção desse trabalho.

Meus queridos irmãos Bira (Ubirajara) e Carlinhos (Carlos Alberto), o apoio de vocês foi fundamental, nessa minha nova fase, amo-os incondicionalmente.

A PTCC (Paulo Tadeu) e Dona Val (Valdirene), vocês são mais que patrões, sempre parceiros em todos os momentos.

Adailton, meu querido Dadaí, poucos foram os profissionais que causaram tanto impacto positivo em minha vida, você é um lindo ser humano, obrigada por tanto.

Ao meu querido Co-orientador, Thiago Wesley, Gratidão é a palavra que define meu sentimento nesse momento. Foram três semestres de Orientação, passamos por momentos difíceis (pandemia, início de aulas online, trancamento da disciplina...). Enfim, não foi fácil. Sou muito grata pelo profissional humano, dedicado e exigente que você é. Finalizo minha jornada com a certeza de que fiz escolhas assertivas quando escolhi a Teoria Humanista e você como orientador.

A Rangel, meu Orientador interino, obrigada por todo empenho demonstrado e pelos ajustes necessários para finalização deste trabalho.

Ao meu amado filho, João Pedro Marçal Moreira, “*Você é a razão da minha felicidade*”. O curso de Psicologia é um curso lindo, porém muito desafiador, somos todo o tempo muito

atravessados, muitas foram às vezes que pensei em desistir, mas nelas todas você estava lá me dizendo, “minha mãe, não desista”. Obrigada por ser o maior incentivador das minhas conquistas. Meu amor por você é, e sempre será incondicional.